

CIBEC/INEP



B0033215

Inclusão Social

7.014.252:17

84e

. 4

x. 2

Ética e Cidadania

construindo valores na escola e na sociedade

Módulo 4

Inclusão Social

Programa de Desenvolvimento
Profissional Continuado

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Tarso Genro

Secretaria de Educação Infantil e Fundamental - SEIF

Francisco das Chagas Fernandes

Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC

Antonio Ibanez Ruiz

Secretaria de Educação a Distância - SEED

Marcos Dantas

Secretaria de Educação Especial - SEESP

Claudia Pereira Dutra

Departamento de Políticas Educacionais da SEIF

Lucia Helena Lodi

Coordenadora-Geral: Lucia Helena Lodi

Coordenadoras: Jane Cristina da Silva e Lucineide Bezerra Dantas

Elaboração: Cristina Satiê de Oliveira Pátaro, Ulisses F. Araújo e Valéria Amorim Arantes

Consultoria: Ulisses F. Araújo

Agradecimentos: Alberto Santos, Josi Anne Paz e Paz, Maria Ângela T. Costa e Silva, Jean Paraiso Alves, Cleyde de Alencar Tormena e Maria Ieda Costa Diniz

Revisão: Eliana da Rocha Vieira Tuttoilmondo

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 5² andar - Brasília-DF

CEP 70047-900

E-mail: eticacidadania@mec.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC)

E84e Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade/coordenadora-geral: Lucia Helena Lodi. - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003.
6 v.: il.

Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado.
Plano da obra: Introdução; módulo 1: Ética; módulo 2: Convivência democrática; módulo 3: Direitos humanos; módulo 4: Inclusão social; módulo 5: Informações bibliográficas e documentais.

1. Ética. 2. Cidadania. 3. Direitos humanos. 4. Inclusão social. 5. Programa Ética e Cidadania - construindo valores na escola e na sociedade. I. Lodi, Lúcia Helena. II. Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado. III. Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. IV. Brasil. Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. V. Brasil. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. VI. Brasil. Secretaria de Educação a Distância. VII. Título.

CDU: 37.014.252:17
ISBN 85-98171-01-8

Mòdulo 4

Inclusão Social

Sumário

Introdução.....	7
Origens do movimento de inclusão escolar.....	11
Escolas abertas às diferenças.....	19
Relatos de experiências: a experiência da inclusão em uma rede pública.	33
Trabalhando a diversidade e a afetividade na escola.....	53

Introdução

Inclusão Social

Pensar em inclusão social nos remete, necessariamente, ao



igualdade de oportunidades para todos os seres humanos e na construção de valores éticos socialmente desejáveis por parte dos membros das comunidades escolares é uma maneira de enfrentar essa situação e um bom caminho para um trabalho que visa à democracia e à cidadania.

O *Programa Ética e Cidadania* pretende trazer para o centro das preocupações do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania as principais temáticas relacionadas à inclusão e à exclusão social, focando principalmente suas repercussões no âmbito escolar. O objetivo é contribuir para a construção de escolas verdadeiramente inclusivas, abertas às diferenças e voltadas para os interesses e necessidades de todos os seres humanos.



A situação dos portadores dos diversos tipos de deficiência; a situação das crianças e adolescentes em conflito com a lei ou egressas de sistemas escolares socioeducativos; a exclusão das mulheres; a exclusão de natureza socioeconômica; a discriminação que homossexuais, indígenas, negros, moradores de rua e idosos sofrem na sociedade e nos ambientes escolares - esses e outros temas serão tratados nos materiais e recursos didáticos que compõem este programa. Trazer para o ambiente escolar o debate e ações práticas que enfrentem as diversas formas de exclusão será um passo importante para a conquista da justiça social.

Origens do movimento de inclusão escolar

Inclusão Social

Este primeiro texto tem o objetivo de introduzir os membros do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania na discussão sobre a escola inclusiva. Ao discutir as diferenças humanas e ao defender a idéia de que nossas diferenças podem gerar grandes oportunidades de aprendizado e a construção de valores como respeito mútuo e justiça social, a autora lança o desafio a todos os educadores e educadoras: trabalhar em prol da inclusão escolar de todos os seres humanos.

STAINBACK, S. As raízes do movimento de inclusão. *Pátio*, Porto Alegre, ano 5, n. 20, p.15-17, 2002.

Têm sido grandes os progressos nas áreas de diversidade e equidade, com melhores oportunidades educacionais e maior disponibilidade de informações necessárias a educadores que ensinam grupos de estudantes diversos. Entretanto, a promoção de ambientes educacionais flexíveis e sensíveis às necessidades singulares de todo aluno não é uma tarefa fácil no âmbito da educação



"Praticamente em toda a história da civilização a educação tem sido para a elite, e as práticas educacionais têm refletido a orientação elitista" (Blankenship e Lilly, 1981). Há quase um século, houve o reconhecimento dessa situação na educação, e grupos de defensores uniram forças e começaram a se organizar para contrabalançar tal injustiça. Diversas pessoas comprometidas com o futuro reuniram-se para discutir e melhorar as oportunidades disponíveis às crianças e a todas as pessoas com necessidades e características diversas.

As mudanças na educação ao longo dos anos assumiram muitas formas e progressos graduais foram feitos. Os desenvolvimentos têm sido cada vez mais progressistas rumo a critérios educacionais e sociais mais inclusivos.

Na educação, o movimento tem-se manifestado em mudanças como: da educação dos "privilegiados" para a educação da população geral; para o desenvolvimento de classes e escolas especiais; para o enfoque nos direitos de todas as crianças de receber educação; para o reconhecimento da educabilidade e dos talentos que todos os alunos têm a oferecer às suas comunidades e aos seus pares; para o reconhecimento da necessidade de proximidade e interação entre alunos de diferentes características, sem discriminação, em ambientes escolares naturais.

As mudanças no entendimento e nos valores apresentados às crianças durante seus anos de formação em ambientes educacionais podem ter grande impacto no futuro de nossa sociedade e do mundo em que vivemos. Por exemplo, muitas vezes as diferenças nas necessidades de aprendizagem e características dos alunos nas situações educacionais eram vistas como "um problema" ou como "algo a ser superado". Atualmente, com o movimento em prol de oportunidades educacionais mais inclusivas para as crianças, as diferenças estão sendo reconhecidas como parte inerente de todos nós. As experiências educacionais inclusivas estão cada vez mais indicando às crianças que os alunos não precisam ter todos as mesmas necessidades de aprendizagem e características para serem integrantes respeitados e dignos da sala de aula. Ao contrário, as diferenças entre os alunos em uma sala de aula estão sendo reconhecidas como uma vantagem para a aprendizagem. Como explica Robert Barth, professor de Harvard (1990, p. 514-515):

"As diferenças representam grandes oportunidades de aprendizado. As diferenças oferecem um recurso grátis, abundante e renovável... o que é importante nas pessoas - e nas escolas - é o que é diferente, não o que é igual".

Com o passar do tempo, essas mudanças promoveram uma compreensão ainda mais ampla de nosso semelhante para além dos limites das diferenças de aprendizagem individuais. A total inclusão de todos os membros da humanidade, de quaisquer raças, religiões, nacionalidades, classes sócioeconômicas, culturas ou capacidades, em ambientes de aprendizagem e comunidade, pode facilitar o desenvolvimento do respeito mútuo, do apoio mútuo, da autorização própria e do aproveitamento dessas diferenças para

melhorar nossa sociedade. Com a maior mobilidade e decomposição do respaldo de unidades familiares intactas e mais amplas, o desenvolvimento da compreensão da igualdade de todas as pessoas e a responsabilidade por nossos semelhantes é fundamental para nossa prosperidade e sobrevivência. Como assinalado anteriormente, é durante seus anos de formação que as crianças adquirem o entendimento das diferenças, o respeito e o apoio mútuos em ambientes educacionais que promovem e celebram a diversidade humana.

Os progressos nas áreas de diversidade e equidade entre os alunos continuam ocorrendo. Esses progressos envolveram a melhoria das oportunidades educacionais oferecidas aos alunos e a disponibilidade de informações necessárias a educadores que ensinam grupos de estudantes diversos. Entretanto, a promoção de ambientes educacionais flexíveis e sensíveis às necessidades singulares de todo aluno, juntamente com a promoção de amizades e sistemas de apoio natural entre pares, não será uma tarefa fácil no âmbito da educação tradicional. "A segregação tem sido praticada há séculos e existem atitudes, leis, políticas e estruturas educacionais arraigadas que atuam contra a total inclusão dos alunos de maneira generalizada" (Stainback, Stainback e Ayres, 1996). Conseqüentemente, o desenvolvimento e a manutenção de programas de preparação para professores e procedimentos de reforma escolar que ofereçam à equipe educacional informações e experiências para desenvolverem comunidades educacionais e escolas inclusivas exigirão muito apoio.

Como em outros avanços relacionados aos alunos com necessidades diversas, restam poucas dúvidas de que educadores, pais e membros comunitários continuarão assumindo um papel de liderança na melhoria da educação das crianças e tornar-se-ão agentes fundamentais no que foi descrito como movimento de reforma escolar total" (Villa, Thousand e Nevin, 1996).

A inclusão, abrangendo conceitos como respeito mútuo, compreensão, apoio, equidade e autorização, não é uma tendência, um processo ou um conjunto de procedimentos educacionais passageiros a serem implementados. Ao contrário, a inclusão é um valor social que, se considerado desejável, torna-se um desafio no sentido de determinar modos de conduzir nosso processo educacional para promovê-la. Não haverá um conjunto de práticas estáticas, e sim uma interação

dinâmica entre educadores, pais, membros da comunidade e alunos para desenvolver e manter ambientes e oportunidades educacionais que serão orientadas pelo tipo de sociedade na qual queremos viver.

É, somente através do trabalho conjunto de pessoas comprometidas que podemos esperar lidar com tal desafio. Esse movimento para a mudança foi descrito por uma das grandes figuras da história, John Kennedy. Ele disse que poucos entre nós são individualmente capazes de fazer acontecer uma mudança positiva entre as pessoas, mas, à medida que cada um de nós faz sua pequena parte, cada uma dessas partes torna-se uma pequena ondulação e essas ondulações tornam-se uma onda poderosa capaz de derrubar a montanha mais alta. A reforma educacional inclusiva é o veículo que pode permitir que todas as nossas ondulações funcionem juntas para formar essa onda.

Referências Bibliográficas

BARTH, R. *A personal vision of a good school*. Phi Delta Kappan, n. 71, p. 512-571, 1990.

BLANKENSHIP, C; LILLY, S. *Mainstreaming students with learning and behavior problems*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1981.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W.; AYRES, B. In: STAINBACK, W.; STAINBACK, S. (Eds.). *Controversial issues confronting special education: divergent perspectives*. Boston: Allyn & Bacon, 1996.

VILLA, R.; THOUSAND, J.; MEYER, J.; NEVIN, A. *Regular and special education teacher and administrator perceptions of heterogeneous education*. Burlington, Vermont: University of Vermont, 1996. (Manuscrito não-publicado)



Sugestões de estratégias de trabalho

Este é um texto introdutório e a sugestão inicial é que, após sua leitura, antes ou durante a reunião, individualmente ou em grupo, as pessoas façam uma pequena discussão sobre o significado do movimento inclusivo. Alguns temas que poderiam dirigir o debate são:

- Por que surgiu o movimento de inclusão? Quais seus pressupostos?
- Qual o significado da frase "as diferenças representam grandes oportunidades de aprendizado"?
- Como promover a inclusão na sua escola?

Para terminar o trabalho reflexivo, a coordenação do fórum pode solicitar que os membros pensem e escrevam sobre possíveis estratégias que consideram adequadas para trabalhar as diferenças dentro da sala de aula. Essa atividade poderá dar pistas para o grupo sobre ações futuras que auxiliem o trabalho docente no seu dia-a-dia.

Escolas abertas às diferenças

Inclusão Social

Educação de qualidade em escolas de qualidade pressupõe transformar espaços, tempos, relações, métodos de ensino e muitas outras coisas nas instituições escolares. O texto "Ensinando a turma toda" traz propostas de trabalho inovadoras e críticas às formas tradicionais de atuação profissional, que geram a exclusão e a discriminação de alunos e alunas. Sua leitura e discussão permitirão aos membros do fórum refletir sobre sua realidade e buscar caminhos que levem ao respeito às diferenças e a valorizar a heterogeneidade das pessoas e grupos.

MANTOAN, M.T.E. Ensinando a turma toda. *Pátio*, Porto Alegre, ano 5, n. 20, p.18-23, 2002.



A sala de aula é o termômetro pelo qual se mede o grau de febre das crises educacionais, e é nesse microespaço que as mudanças do ensino verdadeiramente se efetivam ou fracassam. Embora a palavra de ordem seja melhorar o nosso ensino, em todos os seus níveis, o que verificamos quase sempre é que ainda predominam formas de organização do trabalho escolar que não se alinham na direção de uma escola de qualidade para todos os alunos.

Se queremos realmente transformar nossas escolas, a questão central, ao nosso ver, é: de que qualidade estamos falando quando nos referimos a essas transformações? Outras interrogações derivam dessa questão principal, tais como: que práticas de ensino ajudam os professores a ensinar os alunos de uma mesma turma, atingindo a todos apesar de suas diferenças? Como criar contextos educacionais capazes de ensinar todos os alunos, sem cair nas malhas de modalidades especiais e programas vigentes que em nada têm servido para que as escolas mudem para melhor?

Neste texto, discutiremos essas questões, buscando soluções para abordar da melhor maneira possível os problemas derivados da conjunção do direito de todos ao saber e à necessidade de se formar uma geração que dê conta das demandas de uma sociedade do conhecimento, cujo perfil é delineado pelas diferenças.

A nossa intenção, diante desse quadro situacional, é recriar a escola para que ela seja a porta de entrada das novas gerações para o mundo plural em que já estamos vivendo. Nesse sentido, pensamos que, de antemão, as mudanças educacionais exigem que se repense a prática pedagógica tendo como eixos a ética, a justiça e os direitos humanos. Esse tripé sempre sustentou o ideário educacional, mas nunca teve tanto peso e implicação como nos dias atuais.

Lutamos para vencer a exclusão, a competição, o egocentrismo e o individualismo, em busca de uma nova fase de humanização social. Precisamos superar os males da contemporaneidade pela ultrapassagem de barreiras físicas, psicológicas, espaciais, temporais, culturais e, acima de tudo, garantir o acesso irrestrito de todos aos bens e às riquezas de toda sorte, entre eles, o conhecimento.

Escolas de qualidade

Superar o sistema tradicional de ensino é um propósito que devemos efetivar urgentemente nas salas de aula. As escolas são as incubadoras do novo e têm um papel inestimável e imprescindível na formação dos cidadãos deste milênio que desponta.

Recriar o modelo educativo refere-se primeiramente ao quê ensinamos aos nossos alunos e ao como ensinamos para que eles cresçam e desenvolvam-se sendo seres éticos, justos e revolucionários, pessoas que têm de reverter uma situação que não conseguimos resolver inteiramente: mudar o mundo e torná-lo mais humano. Recriar esse modelo relaciona-se ao que entendemos como qualidade de ensino.

Ainda vigora a visão conservadora de que as escolas de qualidade são as que enchem as cabeças dos alunos com datas, fórmulas, conceitos justapostos, fragmentados. A qualidade desse ensino resulta do primado e da

supervalorização do conteúdo acadêmico em todos os seus níveis. Persiste a idéia de que as escolas consideradas de qualidade são as que centram a aprendizagem no racional, no aspecto cognitivo do desenvolvimento, e que avaliam os alunos quantificando respostas-padrão. Seus métodos e suas práticas preconizam a exposição oral, a repetição, a memorização, os treinamentos, o livresco, a negação do valor do erro. São aquelas escolas que estão sempre preparando o aluno para o futuro: seja este a próxima série a ser cursada, o nível de escolaridade posterior ou o exame vestibular.

Pensamos que uma escola distingue-se desse modelo quando oferece um ensino de qualidade, capaz de formar pessoas nos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, quando consegue aproximar os alunos entre si, tratar as disciplinas como meios de conhecer melhor o mundo e as pessoas que nos rodeiam e ter como parceiras as famílias e a comunidade na elaboração e no cumprimento do projeto escolar. Definimos um ensino de qualidade a partir de condições de trabalho pedagógico que implicam a formação de redes de saberes e de relações que se enredam por caminhos imprevisíveis para chegar ao conhecimento. Entendemos que existe ensino de qualidade quando as ações educativas pautam-se na solidariedade, na colaboração, no compartilhamento do processo educativo com todos aqueles que, direta ou indiretamente, estão envolvidos nele.

A aprendizagem nessas circunstâncias é acentrada, ora destacando o lógico, o intuitivo, o sensorial, ora os aspectos social e afetivo dos alunos. Em suas práticas e métodos pedagógicos predominam a experimentação, a criação, a descoberta, a co-autoria do conhecimento. Vale o que os alunos são capazes de aprender hoje e o que podemos oferecer-lhes de melhor para que se desenvolvam em um ambiente rico e verdadeiramente estimulador de suas potencialidades.

Em uma palavra, as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, nos quais as crianças aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, os alunos são ensinados a valorizar a diferença, pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar - sem tensões

competitivas, solidário, participativo. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender freqüentando uma mesma e única turma.

Ensinar a turma toda sem exclusões e exceções

Para ensinar a turma toda, parte-se da certeza de que as crianças sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe são próprios. É fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade dos alunos de progredir e não desista nunca de buscar meios que possam ajudá-los a vencer os obstáculos escolares. O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem/restringem o processo de ensino, como comumente acontece.

Para ensinar a turma toda, independentemente das diferenças de cada um dos alunos, é preciso passar de um ensino transmissivo para uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, conexional, que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber.

Essa proposta pedagógica referenda a educação não-disciplinar (Gallo, 1999), cujo ensino caracteriza-se pelos seguintes aspectos:

- rompimento das fronteiras entre as disciplinas curriculares;
- formação de redes de conhecimento e de significações, em contraposição a currículos conteudistas, a verdades prontas e acabadas, listadas em programas escolares seriados;
- integração de saberes, decorrente da transversalidade curricular e oposta ao consumo passivo de informações e de conhecimentos sem sentido;
- policompreensões da realidade;
- descoberta, inventividade e autonomia do sujeito na conquista do conhecimento;

- ambientes polissêmicos, favorecidos por temas de estudo que partem da realidade, da identidade social e cultural dos alunos, contra toda a ênfase no primado do enunciado e no conhecimento pelo conhecimento.

Para ensinar a turma toda, deve-se propor atividades abertas, diversificadas, isto é, atividades que possam ser abordadas por diferentes níveis de compreensão e de desempenho dos alunos e em que não se destaquem os que sabem mais ou os que sabem menos. Em síntese, as atividades são exploradas segundo as possibilidades e os interesses dos alunos que optaram livremente por desenvolvê-las.

Debates, pesquisas, registros escritos, falados, observação, vivências são alguns processos pedagógicos indicados para a realização de atividades dessa natureza. Os conteúdos das disciplinas vão sendo espontaneamente chamados a esclarecer os assuntos em estudo, mas como meios e não como fins do ensino escolar.

A avaliação do desenvolvimento dos alunos também muda para ser coerente com as outras inovações propostas. Acompanha-se o percurso de cada estudante, do ponto de vista da evolução de suas competências para resolver problemas de toda ordem, mobilizando e aplicando conteúdos acadêmicos e outros meios que possam ser úteis para se chegar às soluções pretendidas; apreciam-se os seus progressos na organização dos estudos, no tratamento das informações e na participação na vida social da escola.

Escolas abertas às diferenças e capazes de ensinar a turma toda demandam, portanto, uma ressignificação e uma reorganização completa dos processos de ensino e aprendizagem.

A possibilidade de ensinar todos os alunos, sem discriminações e sem métodos ou práticas de ensino especializados, deriva de uma reestruturação do projeto pedagógico-escolar como um todo e das reformulações que esse projeto exige da escola a fim de que esta se ajuste a novos parâmetros de ação educativa. Não se pode encaixar um projeto novo em uma velha matriz de concepção do ensino escolar.

As escolas que reconhecem e valorizam as diferenças têm projetos de educação inclusivos e o ensino que ministram difere radicalmente do proposto para atender às especificidades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma, por problemas que vão das deficiências a outras dificuldades de natureza relacional, motivacional e cultural dos alunos.

Nesse sentido, elas contestam e não adotam o que é tradicionalmente utilizado para dar conta das diferenças nas escolas: as adaptações de currículos, a facilitação das atividades, além dos programas para reforçar as aprendizagens, ou mesmo para acelerá-las, em casos de defasagem idade/série escolar.

Para melhorar a qualidade do ensino e para conseguir trabalhar com as diferenças nas salas de aula, é preciso que enfrentemos os desafios da inclusão escolar, sem fugir das causas do fracasso e da exclusão, e que desconsideremos as soluções paliativas sugeridas para esse fim. As medidas comumente indicadas para combater a exclusão não promovem mudanças e visam mais a neutralizar os desequilíbrios criados pela heterogeneidade das turmas do que a potencializá-los, até que se tornem insustentáveis, obrigando as escolas a buscar novos caminhos educacionais que, de fato, atendam à pluralidade do coletivo escolar.

Enquanto os professores do ensino escolar (especialmente os do nível fundamental) persistirem em:

- propor trabalhos coletivos, que nada mais são do que atividades individuais realizadas ao mesmo tempo pela turma;
- ensinar com ênfase nos conteúdos programáticos da série;
- adotar o livro didático como ferramenta exclusiva de orientação dos programas de ensino;
- servir-se da folha mimeografada ou xerocada para que todos os alunos a preencham ao mesmo tempo, respondendo às mesmas perguntas, com as mesmas respostas;
- propor projetos de trabalho totalmente desvinculados das experiências e do interesse dos alunos, que só servem para demonstrar a pseudo-adesão do professor às inovações;

- organizar de modo fragmentado o emprego do tempo do dia letivo para apresentar o conteúdo estanque desta ou daquela disciplina e outros expedientes de rotina das salas de aula;
- considerar a prova final como decisiva na avaliação do rendimento escolar do aluno não teremos condições de ensinar a turma toda, reconhecendo e valorizando as diferenças na escola.

Essas práticas configuram o velho e conhecido ensino para alguns alunos - para alguns, em alguns momentos, em algumas disciplinas, em atividades e situações de sala de aula.

É assim que a exclusão alastra-se e perpetua-se, atingindo todos os alunos, não só os que apresentam uma dificuldade maior de aprender ou uma deficiência específica, uma vez que em cada sala de aula sempre existem alunos que rejeitam propostas de trabalho escolar descontextualizadas, sem sentido e atrativos intelectuais; sempre existem os que protestam a seu modo contra um ensino que não os desafia e não atende às suas motivações e aos seus interesses pessoais.

O ensino para alguns é ideal para gerar indisciplina, competição, discriminação, preconceitos e para categorizar os bons e os maus alunos por meio de critérios que são, em geral, infundados.

E a atuação do professor?

Não podemos esquecer o que nos ensinou Paulo Freire em idos de 1978: "A educação autêntica, repitamos, não se faz de 'A para B', ou de 'A sobre B', mas de 'A com B', mediatizados pelo mundo".

O professor palestrante, tradicionalmente identificado com a lógica de distribuição do ensino, é o que pratica a pedagogia do "A para e sobre B". Essa unidirecionalidade supõe que os alunos ouçam diariamente um discurso, nem sempre dos mais atraentes, em um palco distante, que separa o orador do público.

O professor que ensina a turma toda não tem o falar, o copiar e o ditar como recursos didático-pedagógicos básicos. Ele partilha com seus alunos a construção/autoria dos conhecimentos produzidos em uma aula; trata-se de um profissional que reúne humildade com empenho e competência para ensinar.

O ensino expositivo foi banido da sua sala de aula, na qual todos interagem e constroem ativamente conceitos, valores, atitudes. Esse professor arranja e explora os espaços educacionais com seus alunos, buscando perceber o que cada um deles consegue apreender do que está sendo estudado e como procedem ao avançar nessa exploração.

Certamente, um professor que engendra e participa da caminhada do saber com seus alunos e que é mediatizado pelo mundo consegue entender melhor as dificuldades e as possibilidades de cada um e provocar a construção do conhecimento com maior adequação.

Os diferentes sentidos que os alunos atribuem a um dado objeto de estudo e as suas representações vão expandindo-se, relacionando-se e revelando, pouco a pouco, uma construção original de idéias que integra as contribuições de cada um, sempre bem-vindas, válidas e relevantes.

Pontos cruciais do ensinar a turma toda são o respeito à identidade sociocultural dos alunos e a valorização da capacidade de entendimento que cada um deles tem do mundo e de si mesmos. Nesse sentido, ensinar a turma toda reafirma a necessidade de se promover situações de aprendizagem que formem um tecido colorido de conhecimento, cujos fios expressam diferentes possibilidades de interpretação e entendimento de um grupo de pessoas que atua cooperativamente.

Sem estabelecer uma referência, sem buscar o consenso, mas investindo nas diferenças e na riqueza de um ambiente que confronta significados, desejos, experiências, o professor deve garantir a liberdade e a diversidade das opiniões dos alunos. Desse modo, ele é obrigado a abandonar crenças e comportamentos que negam ao aluno a possibilidade de aprender a partir do que sabe e chegar até onde é capaz de progredir. Afinal, aprendemos quando resolvemos nossas dúvidas, superamos nossas incertezas e satisfazemos nossa curiosidade.

As diferenças entre grupos étnicos, religiosos, de gênero, etc, não devem fundir-se em uma única identidade, e sim ensejar um modo de interação entre eles que destaque as peculiaridades de cada um.

O professor, da mesma forma, não procurará eliminar as diferenças em favor de uma suposta igualdade do alunado, que é tão almejada pelos que apregoam a (falsa) homogeneidade das salas de aula. Antes, estará atento à singularidade das vozes que compõem a turma, promovendo o diálogo entre elas, contrapondo-as, complementando-as.

Desigualdades e sucesso na escola

As desigualdades tendem a se agravar quanto mais especializamos o ensino para alguns alunos. Essa desigualdade, inicialmente escolar, expande-se para outros domínios e áreas, marcando indelevelmente as pessoas atingidas.

O ensino para a turma toda vai obstinadamente contra esse mecanismo perverso da escola que atinge as crianças desde cedo, em especial as que têm uma deficiência.

Não se pode imaginar uma educação para todos quando calmos na tentação de constituir grupos de alunos por séries, por níveis de desempenho escolar, e determinamos para cada nível objetivos e tarefas adaptados e uma terminalidade específica. E, mais ainda, quando encaminhamos os que não se enquadram em nenhuma dessas determinações para classes e escolas especiais, argumentando que o ensino para todos não sofreria distorções de sentido em casos como esses.

Essa compreensão equivocada da escola inclusiva acaba instalando cada criança em um *locus* escolar arbitrariamente escolhido. Aumenta ainda mais as diferenças, acentua as desigualdades, justificando o distanciamento e o fracasso escolar como problema exclusivo do aluno. Tal organização escolar também pode impedir o funcionamento ativo dos alunos frente a situações-problema, pois os grupos de alunos de nível mais elevado têm oportunidade de ir mais longe e os de nível mais baixo de funcionar com menos eficiência.

Sem dúvida, é a heterogeneidade que dinamiza os grupos, que lhes dá vigor, funcionalidade e garante o sucesso escolar. Por isso, devemos desconfiar das pedagogias que se dizem de bons propósitos, mas que desmembram as crianças em turmas especiais para favorecer a aprendizagem e o ensino. Precisamos conscientizar-nos de que as turmas escolares, queiramos ou não, são e serão sempre desiguais.

Talvez seja este o nosso maior mote: fazer com que todos entendam que a escola é um lugar privilegiado de encontro com o outro. Este outro que é, sempre e necessariamente, diferente!

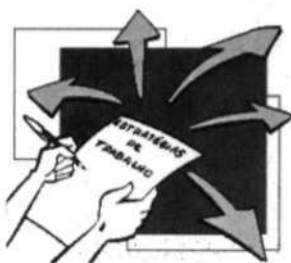
Nota

Este texto é uma versão do artigo apresentado pela autora no 3º Congresso Brasileiro de Síndrome de Down.

Referências Bibliográficas

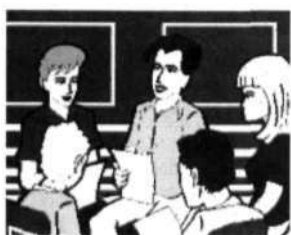
FREIRE. P. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra. 1978.

GALLO. S. Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar. In: ALVES, N. (Org.). O sentido da escola. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999. p.17-43.



Sugestões de estratégias de trabalho

A idéia, uma vez mais, é organizar estratégias tanto para a reunião do fórum quanto para as salas de aula.



Na reunião do fórum:

Existe uma técnica bastante interessante, chamada "exercícios autobiográficos", que pode ajudar na discussão dessa temática. Conceitualmente, essa técnica

permite aos sujeitos, ao refletir sobre o passado, refazer e dar um novo sentido ao presente, projetando um futuro que incorpore as experiências pregressas e atuais.

Após a leitura do texto "Ensinando a turma toda" e com base nas idéias ali discutidas, a sugestão é que cada membro do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania produza um pequeno texto dissertativo sobre "Minha história de vida escolar". Nesse texto, as pessoas devem discorrer livremente sobre suas experiências escolares, tanto no âmbito profissional, para os docentes, quanto no papel de estudantes, no caso dos alunos.

Aqueles que quiserem podem compartilhar as idéias contidas em seu texto, procurando refletir como suas experiências impediam ou auxiliavam a inclusão na escola.

Outra sugestão, como a atividade proposta a partir do texto anterior, é solicitar que as pessoas reflitam e discutam alternativas concretas que os docentes poderiam utilizar para lidar com as diferenças em sala de aula, tentando estabelecer um cronograma para que as idéias sejam verificadas empiricamente nas aulas. Em uma próxima reunião, pode ser feita uma avaliação de tais experiências para difundir as que forem consideradas mais adequadas.



Nas salas de aula:

A sugestão é que a técnica de "exercícios autobiográficos" seja também aplicada nas salas de aula. Com os alunos e alunas, porém, o tema da dissertação pode ser outro: "Uma história de discriminação que vivi ou acompanhei na escola ou fora dela".

Após a escrita dos textos, deve ser reservado um espaço para a socialização das histórias. Uma alternativa é promover a troca de trabalhos entre os estudantes antes da discussão ou então ir direto para uma discussão coletiva.

Nesse tipo de trabalho é importante focar as reflexões nos sentimentos das pessoas durante a experiência relatada. Compete ao docente questionar sobre

os sentimentos de todas as personagens envolvidas na situação conflituosa apresentada, como forma de levar os estudantes a se colocarem no lugar das outras pessoas. Em uma outra perspectiva, o debate pode levar à compreensão das causas de discriminação e suas conseqüências para a vida das pessoas.

Outra sugestão interessante é dar voz aos estudantes sobre o trabalho com a diversidade na escola. Em qualquer faixa etária, os alunos e as alunas podem contribuir para a melhoria das relações em sala de aula, desde que os docentes dediquem um tempo a ouvi-los.

Nesse sentido, agregando mais pessoas na reflexão sobre como a escola poderia trabalhar a diversidade, pode-se solicitar aos estudantes que, por escrito ou oralmente, digam como deveriam agir os professores e professoras em sala de aula para que o ritmo de aprendizado de cada um seja respeitado. Ou então que metodologias eles e elas sugerem para que as aulas se tornem mais interessantes, permitindo maior participação discente na construção dos conhecimentos.

O registro de todas as sugestões e de sua avaliação poderia ser levado à reunião do fórum, auxiliando na busca de alternativas que levem à construção de escolas inclusivas.

Relatos de experiencias: a experiencia da
inclusão em uma rede pública

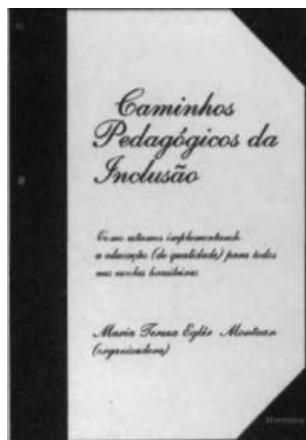
Inclusão Social

Este relato dos desafios enfrentados pelos profissionais da rede pública de ensino do município de Santo André/SP na luta por uma educação inclusiva dará boas pistas sobre possíveis caminhos a serem trilhados por outras escolas ou sistemas de ensino.

O relato traz reflexões teóricas sobre o que eles compreendem por inclusão, suas relações com a gestão democrática e a busca de qualidade no ensino público. Por fim, descreve brevemente algumas iniciativas que contribuíram para a implementação dos objetivos propostos. É um texto que merece ser lido por todos os membros do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania.

Como não cabem sugestões de estratégias de trabalho para os relatos de experiências, fica a indicação de que o grupo reflita sobre os exemplos e trabalhos apresentados e dedique algum tempo a encontrar semelhanças e diferenças com a realidade da sua escola. Algumas experiências poderão ser aproveitadas na sua escola.

SANTOS, M. S. O desafio de uma experiência. In: Mantoan, M.T.E. *Caminhos pedagógicos da inclusão*. São Paulo: Memnon, 2002, p. 135-156.



"(...) o paradigma do direito à educação não está centrado no planeta dos adultos, nem no sol da infância, mas ex-centrado no universo dos direitos do homem, onde não há pais e filhos, maiores e menores, professores e alunos, sujeitos diferentes e igual em dignidade, liberdade e direitos."

Agostinho R. Monteiro

Primeiras palavras

Para falar sobre uma Política Educacional que tem como eixo estruturante a inclusão, faz-se necessário abordar o contexto sócio-político onde a mesma foi realizada.

Santo André, cidade paulista situada na área metropolitana da Grande São Paulo, possui uma população aproximada de 650.000 habitantes.

Seu grande desenvolvimento deu-se na década de 70, quando o chamado "milagre econômico" atraiu para nosso país a indústria automobilística que teve no ABC o maior centro automotivo do país.

A partir da década de 90, com o advento da revolução tecnológica, também denominada terceira revolução, acrescida do desenvolvimento mundial das políticas neoliberais e da grave crise financeira vivida por todos os brasileiros, a cidade passou por uma radical transformação sócio-econômica: de cidade industrial, assume hoje o perfil de prestadora de serviços. Sua população empobreceu, inúmeros trabalhadores perderam seus empregos e a favelização passou a fazer parte do cenário daquela que antes era uma das mais ricas cidades do ABC. As transformações características deste momento que estamos vivendo mudaram também o perfil da grande indústria, que ao incorporar inovações tecnológicas passou a gerar empregos em uma escala menor que no passado, necessitando de mão de obra cada vez mais qualificada.

O cenário atual apresenta dificuldades, refletidas na carência de geração de novos empregos, agravada pela queda de arrecadação de impostos ligados à produção.

Neste quadro geral insere-se o processo de exclusão social de um número significativo dos habitantes de Santo André.

Ao assumir a administração em 1997, o atual governo optou por estruturar suas ações ao combate à onda do neoliberalismo, onde somente alguns, os mais eficientes, é que conseguem sobreviver com qualidade de vida, sendo os demais excluídos.

Inverteu-se a política de privilégios antes ancorada na lógica do mercado e

estruturaram-se diferentes programas de Inclusão Social como pressuposto de melhoria na qualidade de vida de toda a população andreense.

Programas como: Orçamento Participativo, Renda Mínima, Banco do Povo, Andrezinho Cidadão, Integrado (integração das Secretarias do município com atuação nas quatro maiores favelas da cidade) e Programa de Geração de Emprego e Renda, entre outros de grande inserção social, foram desenvolvidos no decorrer da administração.

Este é o cenário onde, dentro da mesma lógica de combate a toda e qualquer forma de preconceito e exclusão, a Secretaria de Educação e Formação Profissional enfrenta o desafio de implantação da Política de Educação Inclusiva. -

O que propomos exige não só uma mudança de paradigmas educacionais, para que todos tenham o direito ao acesso a uma educação de qualidade, mas também envolve mudanças na mentalidade e na cultura pedagógica, uma redefinição do papel social da escola através da utilização de novas concepções educacionais. Contraria mitos que vêm historicamente impedindo uma educação que efetivamente beneficie a população como um todo, não reforçando privilégios de alguns grupos.

Pretendemos que a Educação prepare para o exercício da cidadania plena, para o reconhecimento dos direitos associados às suas responsabilidades. Queremos formar o cidadão consciente e crítico, e, ao mesmo tempo, oferecer a todos a oportunidade de realizar seu potencial de inteligência e de trabalho produtivo.

Inclusão, como compreendemos

Segundo Forest & Pearpoint (1997): "Inclusão significa convidar aqueles que (de alguma forma) têm esperado para entrar e pedir-lhes para ajudar a desenhar o nosso sistema e que encorajem todas as pessoas a participar da completude de suas capacidades - como companheiros e como membros" (p. 137).

Inclusão diz respeito a valores. Entende a inserção não como sendo um problema somente da pessoa, mas principalmente do sistema ao qual deve ser inserida.

Início minhas reflexões sobre nossa compreensão de Educação Inclusiva, tendo como referência estas concepções, pois há controvérsias conceituais a respeito, havendo educadores que só a concebem quando a inserção é parcial, envolvendo apenas alguns casos e que conhecemos por Integração.

Em nossa Política Educacional, quando falamos em inclusão, estamos falando em resgatar a educação como direito de todos os cidadãos, direito de todos os alunos a uma educação de qualidade, sem nenhuma espécie de preconceito e discriminação.

—

Como romper com a cultura de educadores que tiveram sua formação moldada na compreensão de que só haverá aprendizagem em classes homogêneas, pois os alunos que aprendem mais rápido não poderiam ser prejudicados por aqueles cujo ritmo é mais lento?

Como trabalhar com uma concepção de tempo escolar ligado à estrutura de seriação, onde alguns passam para o ano seguinte e outros são obrigados a permanecer na mesma série para que possam aprender?

Como lidar com as exigências diversas e complexas de um mundo onde as mudanças tecnológicas exigem novos saberes e novas relações entre os seres humanos?

Como lidar com as diferenças, com a prática de valores humanistas como o respeito ao outro, a solidariedade e a cooperação, exigência das relações sociais para a sobrevivência neste novo milênio?

Como trabalhar com a chamada Pedagogia da Diversidade?

Luis Ignacio Gomes, Ministro da Educação de Cuba, em seu discurso de abertura do II Encontro Mundial de Educação Especial em 1998 propôs:

"é a partir do reconhecimento da diversidade que se deve traçar as estratégias pedagógicas, a determinação dos métodos, as vias, os procedimentos que não podem ser tão rígidos, por existirem tantos caminhos pedagógicos a reconhecer".

Assim pensamos quando falamos em inclusão, pois, como sabemos:

"O conhecimento humano não é propriedade de uma pessoa ou grupo, na medida em que se constrói como produto das relações em sociedade. Isto significa que as pessoas aprendem a partir de suas próprias experiências, da assimilação do conhecimento de outras pessoas com as quais se relacionam, direta ou indiretamente, e do conhecimento acumulado pela humanidade em sua evolução histórica. Por isso a heterogeneidade e a diversidade têm tanta importância na construção do conhecimento. Um educando exerce um papel importante no processo do conhecimento do outro. Ainda que diferentes em todos os sentidos, uns auxiliam os outros em seus respectivos conflitos e dificuldade" (S.E.F.P., 1998).

Estas concepções tornam clara nossa proposta de Educação Inclusiva, pela qual propiciamos, também a inserção de alunos com deficiência, nas escolas regulares.

Reafirmamos que nossa concepção de qualidade em educação implica respeito ao outro, ao direito sermos diferentes, ao direito de aprendermos, segundo nossas potencialidades, tendo sempre valorizados os nossos avanços, por menor que sejam, na conquista do saber.

A coordenação dos trabalhos desenvolvidos pela rede municipal durante os anos de 1997, 1998, e 1999, mostrou-nos a importância da inclusão dos alunos com deficiência na transformação do sistema regular de ensino.

Conforme Mantoan (1997), incluir exige de todos nós, educadores, novos posicionamentos, modernizando a escola e fazendo com que os professores transformem suas práticas para que, de fato, todos os alunos aprendam. Trata-se de reconhecer que as dificuldades que os alunos deficientes ou não apresentam, não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada.

Concordamos com a autora e para sustentar nossa concepção de inclusão de todos os alunos e principalmente dos alunos com deficiência, recorreremos a estudos teóricos, sobretudo a pesquisas realizadas nos campos pedagógico e psicológico.

Manteau comprovou experimentalmente que a solicitação do meio 'escolar resulta em benefícios para o desenvolvimento das estruturas lógicas concretas nas pessoas com deficiência intelectual, em sua dissertação de mestrado em 1987 e em seu doutoramento, em 1991.

A importância da interação do deficiente mental com o meio social foi abordada por outros autores, que estudaram o desenvolvimento das estruturas lógicas nessa população.

O desenvolvimento das operações comporta um aspecto de equilíbrio individual interno e um aspecto social. E dependendo do sucesso ou do fracasso do indivíduo nas suas trocas com o meio social, ele pode chegar a ultrapassar um potencial esperado ou então, ao contrário, no caso de falta de estimulação ou fracasso obtidos, pode apresentar um desempenho inferior à sua capacidade.

Os estudos realizados por Mantean (1987, 1991) sobre a atividade cognitiva de alunos com deficiência, aponta a inclusão escolar dessas pessoas no ensino regular, como uma condição que poderá contribuir significativamente para estimulá-las a se comportarem ativamente diante dos desafios do meio, abandonando, na medida do possível, os estereótipos, os condicionamentos, a dependência que lhe são típicas.

Recorrendo aos ensinamentos de Piaget encontramos algumas questões que vêm ao encontro do que pensamos sobre educação:

"Qual é o objetivo do ensino? Acumular conhecimentos úteis? Aprender a aprender? Aprender a inovar; a produzir o novo em qualquer campo, tanto quanto no saber? Aprender a controlar? A verificar? Ou simplesmente a repetir?".

Acreditamos que neste novo século, não é possível mais pensarmos que um determinado acúmulo de conhecimento pode abastecer-nos indefinidamente. Delors (1998) assim se refere à questão dos objetivos do ensino: "as quatro aprendizagens fundamentais que ao longo da vida serão de algum modo para cada indivíduo os pilares do conhecimento são: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver e aprender a ser" (p.89).

Para nós "a escola não é uma instituição voltada exclusivamente para a transmissão do saber. Ela pode e deve ser entendida como um espaço de troca de experiências e de conhecimentos contribuindo para a difusão e construção da cultura, através da participação de todos" (S.E.F.P., 1999).

Entendemos como Paulo Freire que nada é pré-determinado, nem definido e acabado. Tudo está e estamos nós em processo de fazer, fazendo. Cada um de nós tem uma condição de aprendiz que deve ser considerada em uma escola que ensina. Se o aluno não aprende nada, é preciso que a escola reveja seu trabalho e mude-o, se necessário.

Apoiados no pensamento dos grandes educadores, citados neste texto, estamos fazendo a Educação inclusiva em Santo André, conscientes de que se não formos desafiados nunca aprenderemos nada e principalmente não mudaremos nossas ações e atitudes, dentro e fora das escolas.

A inclusão de que estamos falando passa pela questão pedagógica, porém sem nela se deter, Avançamos mais, pois nossa preocupação alcança uma reflexão profunda sobre o ser humano que queremos educar sobre os fins para os quais essa educação aponta.

"A quem se deseja educar; a quem se quer ajudar para que se eduque"
(Freire, 1985, p. 158).

Em resumo, buscamos sempre, na análise ética dos objetivos educacionais, a coerência entre quem queremos formar e para que fim queremos formá-lo. Buscamos formar um cidadão pleno e capaz do exercício de seus direitos.

Como estamos fazendo a inclusão em Santo André

O relato de um processo de trabalho traz problemas quanto à imprecisão, ou seja, as interpretações podem não corresponder com a real ação desenvolvida.

Procurarei em minha abordagem ser fiel aos distintos momentos de implantação da nossa Política Educacional.

O início dessa Política, em 1997, foi povoado de esperanças, de sonhos e de utopias e principalmente de muita ansiedade em relação à montagem de todo o trabalho a ser desenvolvido na rede municipal de Santo André.

Uma grande responsabilidade nos tocava de perto, e a experiência acumulada pelo corpo de Dirigentes da Secretaria nos mostrava caminhos a trilhar.

Os primeiros meses foram dedicados à definição da Política Educacional, que foi fundamentada em três grandes diretrizes:

- democratização do acesso e garantia de permanência dos alunos nas escolas;
- gestão democrática do sistema educacional;
- qualidade de ensino, concebido segundo os princípios da Educação Inclusiva.

Democratização do acesso e garantia de permanência dos alunos nas escolas

Em relação à democratização do acesso, desenvolvemos diferentes ações para garantir o atendimento à demanda do grande número de alunos que iriam frequentar as escolas do município.

A rede municipal tinha apenas unidades escolares de Educação Infantil e de Educação de Jovens e Adultos. Existiam 10 creches que atendiam 1.231 crianças em tempo integral, 41 EMElS (Escolas Municipais de Educação Infantil) e nove prédios escolares não terminados. Não havia nenhuma previsão de aumento de recursos humanos, pedagógicos e administrativos para enfrentar o trabalho.

A rede atendia a 15.700 alunos na faixa etária de 0 a 6 anos e já sabíamos que, obrigatoriamente, no ano seguinte, em decorrência das determinações constantes na Emenda Constitucional no. 14, teríamos que implantar o Ensino Fundamental. A referida lei transfere para o município a responsabilidade pela manutenção do ensino de 1a à 8a séries, o que nos levaria a utilizar a maior parte dos recursos de que dispunhamos nesse novo nível de escolaridade.

Apesar dessas dificuldades, conseguimos através de uma parceria com a Federação das Entidades Assistenciais de Santo André - FEASA ampliar o nosso atendimento escolar em creches, que passou das 1.231 crianças matriculadas para 3.500 alunos no total.

Vivenciamos uma experiência muito interessante na rede, através da criação de um Conselho Gestor, composto por representantes da Administração Pública e pessoas ligadas às entidades assistenciais locais. Conseguimos gerenciar administrativa e pedagogicamente as novas creches, a partir de uma troca constante de experiências em que cada uma das instituições oferecia a sua contribuição para a melhoria do atendimento às crianças do município.

Outra parceria importante por nós realizada foi a firmada com diferentes empresas e organizações da sociedade civil para iniciarmos o atendimento a um segmento social historicamente excluído: os adultos trabalhadores analfabetos.

Graças a este trabalho conjunto, criamos o Movimento de Alfabetização de Adultos - MOVA, que hoje atende a 1.300 alunos, ou seja, cidadãos que estão sendo incluídos no sistema escolar.

Criamos também os cursos profissionalizantes, que têm como objetivo a formação e a requalificação profissional dos trabalhadores, possibilitando empregos e geração de renda.

Em relação ao acesso de alunos com deficiência às nossas escolares regulares, foi garantido o atendimento a 95 crianças que estavam estudando anteriormente em classes especiais. Estes alunos passaram a freqüentar as salas de aula do ensino regular e, a partir daí, demos início a uma proposta escolar diferenciada nas nossas escolas, em que os professores passaram a trabalhar com todos os alunos independentemente dos níveis de conhecimento e do ritmo de aprendizagem de cada um deles.

Hoje temos na rede 408 alunos que apresentam diferentes tipos de dificuldades de aprendizagem e distintos diagnósticos clínicos, sendo a maioria deles pessoas em deficiência mental.

Mas a democratização do acesso à escola não deve ser compreendida apenas como atendimento à demanda, pois acesso para nós diz respeito também à garantia ao direito às informações, às diferentes tendências teórico-metodológicas que fundamentam as áreas do conhecimento, acesso à cultura, às artes.

"O acesso à cultura a partir dos caminhos traçados pela educação só se completa se for assegurada a permanência na escola. Isto só é possível se concebemos o processo como um conjunto de ações visando à construção de habilidades, pensamento e conhecimento que permitam desenvolver a curiosidade, a capacidade crítica, o desejo e o prazer de aprender como conduta de vida" (S.E.F.P., 1998).

O acesso a que estamos nos referindo diz respeito também à manutenção de prédios, ao provimento de materiais, descentralização de recursos e a uma política de utilização da escola como espaço público pela comunidade.

Para nós a inclusão só é garantida se também contarmos com escolas bonitas, alegres, e com ambientes compatíveis com as exigências de uma educação de qualidade. Hoje, já contamos em quase todos os prédios escolares com uma estrutura arquitetônica acessível aos alunos com deficiência física.

O acesso de que estamos falando, (...) "passa por uma Estética de Educação que é mais do que uma educação estética, na medida que consiste na extensão do princípio estético a todos os fatores da educação: paisagístico, arquitetônico, comunicacionais, pessoais, etc." (Monteiro,. 1998. p. 78).

Quanto à descentralização de recursos, sua importância está ligada à garantia da autonomia da escola na realização de ações pedagógicas e atividades de seu interesse e necessidade. Através da liberação de adiantamentos diretos, foi autorizado às escolas a liberação de 520.24 UFIR ao mês para gastos com ações de urgência.

Consideramos ainda a escola como um pólo aglutinador da comunidade, portanto um espaço público que deve ser aberto às necessidades educacionais da população a que serve direta e indiretamente.

"A não realização desse pressuposto isolaria e restringiria a escola a um papel de reprodutor do conhecimento, defasada em relação às transformações vividas pela sociedade" (S.E.F.P., 1998).

Gestão democrática do sistema

A gestão democrática do sistema é outro pilar de sustentação da proposta de educação inclusiva. Em sua essência, a gestão diz respeito ao trabalho com o

outro e não para o outro e é uma construção do coletivo, em que o objetivo é a melhoria de todos, não se restringindo apenas a certos indivíduos.

Gerir democraticamente um sistema de ensino exige que se crie uma cultura participativa, uma cultura em que as ações se tornem resultado de discussões coletivas, onde se considerem os cidadãos como sujeitos plenos e de direitos.

A gestão democrática significou para a rede municipal de Santo André uma mudança de cultura, no sentido de compreender a escola como espaço de produção de conhecimentos em que são considerados produtores todos os que se acercam dela: alunas(os), os profissionais da educação e a comunidade local.

Para que fosse garantido um diálogo constante entre Secretarias, educadores e comunidade, foi necessário que organizássemos o fluxo de funcionamento do sistema, de tal forma que todos os segmentos da escola, juntos com a comunidade local, pudessem ativamente participar da vida da unidade escolar. No âmbito interno da Secretaria da Educação e das escolas foram criados diferentes espaços de discussões coletivas como:

- Colegiado da Equipe de Direção da Secretaria;
- Reuniões setoriais de Diretoras, Assistentes Pedagógicas e Gerentes;
- Encontros semanais e mensais para formação de professores;
- Colegiado das Diretorias de Ensino Fundamental, Educação Infantil e de Jovens e Adultos;
- Encontros mensais dos Conselhos de Escola;
- Encontros mensais das Escolas de Pais.

Paro (1998) assim se refere à questão da gestão democrática dos Sistemas de Ensino:

"Enquanto relação dialógica, a educação escolar pressupõe a condição de sujeito do educando, que já envolve sua participação ativa no processo. Ao mesmo tempo, enquanto fenômeno social mais abrangente, o processo educativo não pode estar desvinculado de tudo o que ocorre fora da escola, em especial no ambiente familiar" (p.307).

Trazer os pais para o convívio da escola, abrir espaço para a participação dos

pais desde os planos escolares às demais ações da escola, implica em fazer uma escola pública de acordo com os interesses do cidadão.

Através desses espaços de discussão coletiva e de outras formas de participação como: Fóruns Regionais de Educação, Conselho de Escola, Conselho Municipal de Educação, Fórum Municipal de Educação e Cidadania e Escola de Pais, procuramos garantir o processo coletivo de discussões.

"Com estas vivências conseguimos alguns exemplos significativos em que o tratamento dado aos conflitos, às diferenças, pudessem ser melhor equacionados, evidenciando a importância de discussão e análise coletiva dos problemas" (S.E.F.P., 1998).

De maneira geral, acreditamos que estes coletivos, esta prática de relações cooperativas, este estabelecimento de relações baseadas no diálogo ajudam professores, alunos e técnicos responsáveis pela escola a criar vínculos de identidade que fortalecem a todos enquanto grupos, enquanto cidadãos e enquanto coletividades educativas.

A democratização do acesso e da gestão, estruturas da Política Educacional de Santo André e os fundamentos da Educação Inclusiva foram construídos a partir de transformações radicais do nosso sistema educativo e de uma nova compreensão de qualidade de ensino.

Qualidade do ensino

Qualidade, segundo nossa concepção, deve ter como referencial o aperfeiçoamento da condição humana, sendo assim de especial relevância a construção de valores éticos, como o respeito à vida, solidariedade e cooperação.

Segundo Paulo Freire (1985):

"para ser válida a educação deve levar em conta o fato primordial do homem ou seja, sua vocação ontológica, que é tornar-se sujeito, situado no tempo e no espaço, no sentido de que vive em sua época precisa, em um lugar preciso, em um contexto social e cultural precisos. O homem é um ser com raízes espaço-temporais e cabe-lhe a transformação" (p.158).

Ancorados nestes pressupostos iniciamos a construção da diretriz - Qualidade do Ensino, optando por construir como eixo estruturante de nossa Política Educacional a Educação Inclusiva.

(....)

Já no primeiro ano de nossa administração, em 1997, as escolas deram início à elaboração dos planos escolares, realizados a partir de um diagnóstico levantado por todos os seus segmentos, onde cada unidade escolar se via como um todo, planejando ações prioritárias a serem desenvolvidas no ano letivo. É no plano escolar que são traçadas as metas a serem atingidas, bem como pensados os projetos que contemplam os interesses e necessidades dos professores e dos alunos de cada unidade escolar.

Naquele momento também foi fundamental o apoio da Professora Maria Teresa, que nos orientou em relação à compreensão do significado da inclusão escolar, enquanto ideologia, pois todos o temos direito, como cidadãos, de sermos respeitados e de uma educação de qualidade, que não exclui e não segrega, sob nenhum pretexto, motivo ou razão.

A luta pela inclusão escolar está engajada em outros movimentos políticos e sociais que visam conscientizar as pessoas sobre as diferenças, passando a ver a diversidade como um outro olhar e sob um novo prisma.

Para que os princípios da educação inclusiva fossem compreendidos, durante todo o ano de 1997 consideramos importante, primeiramente, a formação dos Diretores, Assistentes Pedagógicos, Gerentes dos Serviços e Professores de Educação Especial, pois eram estes os técnicos responsáveis pela coordenação pedagógica das escolas.

Diferentes metodologias de trabalho e conceitos teóricos fundamentais à inclusão aos seus valores éticos e estéticos foram objeto dos encontros e seminários.

No que diz respeito ao atendimento às deficiências e ao Serviço de Educação Especial, analisou-se a dicotomia entre os Sistemas de Ensino Regular e de Educação Especial. Refletimos sobre uma escola única que acolhe o aluno com deficiência e que não é centrada na patologia, mas na possibilidade que todos os alunos têm para aprender.

Acreditar que todas as crianças têm possibilidade de aprender, envolve não só uma ruptura com uma cultura preconceituosa que avalia o aluno com deficiência como incapaz de aprender na escola regular. Implica em saber trabalhar com grupos heterogêneos de alunos, que têm tempos e potencial de aprendizagem diferentes.

Segundo Paulo Freire (1985), é preciso rejeitar de qualquer forma estas atitudes discriminatórias, pois a prática preconceituosa ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia.

Entendemos que somente através de relações democráticas é que poderemos fazer com que os homens tornem-se iguais, na condição comum de cidadãos, ainda que diferentes entre si.

O ano de 1998 foi marcado por ações concretas que iriam garantir a Política de Educação Inclusiva por uma série de medidas tomadas, que listamos a seguir:

Início da formação dos professores, com a participação de um representante por escola, para aprofundar os conceitos básicos de inclusão escolar

(...) Participou dessa etapa da formação dos professores uma sociodramatista, para trabalhar possíveis bloqueios afetivos dos professores em relação à inclusão. A intenção era fazê-los sair do preconceito e chegar ao conceito de inclusão, transformando-se em autores de ações transformadoras nas escolas. Percebia-se durante todo o tempo dos encontros que a angústia dos professores era com a deficiência e não com a pessoa em si mesma.

Por esse motivo foi trabalhado o conceito de inclusão a partir do deficiente como pessoa.

Nossos problemas com a inclusão podem ser resolvidos quando a discutimos com outros educadores, para juntos, encontrarmos soluções e novas alternativas de trabalho pedagógico.

Formação da equipe multidisciplinar

Teve como objetivo apoiar os professores na análise e compreensão dos conceitos fundamentais das áreas do conhecimento. Durante todo o ano foram

organizadas turmas de formação para cada área escolhida pelo professor - Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Artes...

Iniciou-se também a elaboração de um material escrito em que cada assessor de área do conhecimento descreveu e explicou a base conceitual de sua disciplina.

Assessoria à Educação Infantil para formação de monitores e auxiliares de Educação Infantil no atendimento a crianças de 0 a 6 anos

Este trabalho (...) tem possibilitado grandes avanços na educação desta faixa etária e na compreensão por parte dos educadores da criança como sujeito "que é" e não como um sujeito que "virá a ser".

Criação do Centro de Atenção ao Desenvolvimento Educacional - CADE

Trabalhar na concepção da educação inclusiva não significa negar a deficiência dos alunos. Seria uma irresponsabilidade dos técnicos coordenadores deste programa colocar ou possibilitar o acesso de alunos com deficiência nas turmas regulares sem criar uma estrutura que desse suporte ao trabalho pedagógico dos professores em sala de aula. Para tanto, contratamos inicialmente estagiários da saúde: 3 psicólogos, 3 fisioterapeutas e 1 fonoaudiólogo, que, em conjunto com os pedagogos, passaram a desenvolver atividades lúdicas envolvendo todos os alunos das diferentes turmas, tendo como objetivo a sensibilização dos professores para trabalhar com as diferenças.

A partir desta rica experiência, de fusão do trabalho clínico com o pedagógico (...), e da troca de experiências com outras redes de ensino inclusivas, a S.E.F.P. em uma interface com a Secretaria da Saúde, criou o Centro de Atenção ao Desenvolvimento Educacional - CADE.

Este Centro tem como objetivo não só o atendimento clínico aos alunos com deficiência e a orientação aos pais e responsáveis, como também desenvolver em conjunto com as Assistentes Pedagógicas e Diretoras das escolas regulares um diagnóstico das dificuldades relativas ao ensino e à aprendizagem de TODOS os alunos, contribuindo para a busca coletiva de estratégias para a resolução dos problemas de ensino e de aprendizagem em nossas escolas.

No que diz respeito a seu campo específico de trabalho, o CADE têm por objetivo o desenvolvimento global de todos os alunos da rede, embora tenha também como foco o atendimento às necessidades do aluno com deficiência, garantindo-lhe o acesso, a permanência e o apoio técnico às escolas, de modo que o ensino seja, de fato, qualidade para todos.

Este trabalho tem evidenciado que quando o professor busca diferentes estratégias para fazer com que os alunos avancem no processo de seu desenvolvimento educativo, beneficia a todos os alunos da sala, e não somente os que têm deficiências.

No ano de 1999, a qualidade do ensino começou a se aprimorar. Os diferentes espaços de formação de professores e a realização do III Congresso Municipal de Educação - COMED, deram continuidade às discussões realizadas durante os congressos anteriores, que reuniram em média 2.000 educadores de redes públicas e particulares de ensino.

Estes congressos tiveram como tema a educação inclusiva e buscaram através da ampla participação dos educadores construir uma política que tem como objetivo fundamental a garantia do direito do exercício da cidadania na escola.

Nossa meta, agora, é criar o, Núcleo de Pesquisa sobre Dificuldades de Aprendizagem, que por meio do trabalho de diferentes educadores, desenvolverá pesquisas sobre aprendizagem e ensino, buscando novas estratégias e soluções para esse problema tão recorrente nas escolas em geral.

É importante também nos referirmos a alguns projetos implantados nas escolas de nossa rede e que ajudaram a melhorar a qualidade do nosso ensino.

O projeto "Pela Vida e Não à Violência"

Com ações dirigidas principalmente à prevenção, passa pela democratização das relações, soluções dos conflitos por via não violenta, orientação e atendimento à infância e à juventude em risco.

O projeto "Escola de Pais"

Tem como objetivo garantir um espaço permanente de formação para os pais,

mães e responsáveis pela criança. Junto com outros pais, que participam do Conselho de Escola, este grupo tem contribuído significativamente para a melhoria da qualidade de nosso trabalho, pois através dos encontros permanentes de discussão, formamos novos parceiros no combate a qualquer forma de discriminação, garantindo assim a inclusão de todos no sistema educacional de Santo André.

O projeto de "Musicalização"

Tem como objetivo sensibilizar os alunos para a importância da música na vida de todas as pessoas. As ações deste projeto têm trazido benefícios significativos para a inclusão de alunos com deficiência nos grupos de canto coral, elevando a auto-estima das crianças em geral, desinibindo-as e mostrando a elas mesmas suas verdadeiras possibilidades. Todos sabemos o que representa para o ato de aprender a ascensão da auto-estima das pessoas com e sem deficiência.

O projeto "Educa Teu Filho"

Assumiu contornos nítidos no último semestre de 1999. Através dele será desenvolvida mais uma ação de grande valor para a inserção social dos alunos, pois 2.500 crianças de 0 a 6 anos moradores das quatro maiores favelas de Santo André, serão incluídas em um trabalho educativo. O projeto tem como objetivo educar a família, melhorando as relações entre pais e filhos, desenvolvendo com eles e seus filhos oficinas que versarão sobre diversos assuntos, por meio de diferentes linguagens. A pretensão deste projeto é ser uma Revolução Pedagógica, que no dizer de Monteiro (1998):

(...) deve começar pela problematização do amor dos pais pelos filhos, que é geralmente um amor psicológico e cultural limitado, ilimitado ou desorientado, e que pode ser o alibi mais perfeito do não respeito, por ação ou omissão dos seus direitos, nomeadamente do direito a serem diferentes e melhores".

Concluindo

A inclusão escolar nos impõe o compromisso de produzir uma nova cultura, de compreender capacidades expressivas que não tinham sido previstas e de realizar ações humanistas, acolhendo o outro sem quaisquer preconceitos.

Podemos afirmar que nossa experiência moldando os caminhos pedagógicos da inclusão em nossa rede de ensino tem demonstrado a possibilidade de uma intervenção pedagógica que, com respeito à singularidade, provoque nos alunos o prazer de existir e de aprender, em outras palavras, a alegria e a emoção de conhecer.

Recorremos às reflexões de nossa assessora de Filosofia para Crianças, Professora Mônica Hummel, usando suas palavras para sintetizar o nosso querer:

"O ser humano é um ser de necessidades (e todas são especiais): é faminto material, emocional e afetivamente. Precisa ser cuidado "com" o outro e não somente "pelo" outro, sob pena de fechar-se num egoísmo irresponsável".

Que se institua, então, o princípio ético de cuidar das necessidades manifestas ou não do outro. Nossa sociedade precisa ser cuidada para purgar suas enfermidades, e não será excluindo as pessoas que vamos conseguir torná-la um organismo sã!

Referências Bibliográficas

- DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo, Cortez, 1998.
- FOREST, M. & Pearpoint, J. *Inclusão: um panorama maior*. In: Mantoan, M.T.E. (org.) *A integração de pessoas com deficiência*. São Paulo, Memnon/Senai, 1997. p. 137-141.
- FREIRE, P. & Faundez, A. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985.
- MANTOAN, M.T.E. *Educação de deficientes mentais: o itinerário, de uma experiência*. Campinas, 1987. [Dissertação - Mestrado - Faculdade de Educação [Unicamp]].
- MANTOAN, M. TE. *A solicitação do meio escolar e a construção das estruturas da inteligência no deficiente mental: uma interpretação segundo a teoria do conhecimento de Jean Piaget*. Campinas. 1991. (Tese - Doutorado - Faculdade de Educação [Unicamp]).
- MANTOAN, M.T.E. *Ser ou estar: eis a questão*. Rio de Janeiro. WVA, 1997. 173p.
- MONTEIRO, A.R. *O direito à educação*. Lisboa, Livros Horizontes Ltda., 1998.
- PARO, V.H. *A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da Escola Pública*. In: Silva, L.H. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.
- S.E.F.P. Santo André. *Educação Inclusiva*. 1997, 1998, 1999.

Trabalhando a diversidade e a
afetividade na escola

Inclusão Social

A apresentação do vídeo "Desatando os nós com afeto" - Série Nós na Escola, Fundação Roquete Pinto, que deverá ser gravado da programação da TV Escola - na reunião do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania pode levar o grupo a refletir sobre a questão das diferenças, a homogeneização que as escolas muitas vezes produzem, a realidade educacional das escolas públicas, o papel da afetividade nas relações professor-aluno e muito mais.

Muito bem-produzido, esse vídeo pode auxiliar os membros do fórum a compreender a importância de reconhecer as diferenças entre todos os seres humanos e a buscar estratégias pedagógicas que permitam a inclusão social, enfrentando a exclusão.

DESATANDO os nós com afeto. Série nós na escola. Fundação Roquete Pinto (TVE - Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, 1989. Videocassete (54'43"): VHS, son., color. Port.

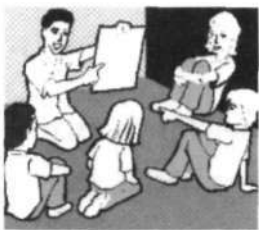


Sugestões de estratégias de trabalho

Novamente, a idéia é organizar estratégias de trabalho tanto para a reunião do fórum quanto para as salas de aula. Após a exibição do vídeo e reflexões sobre as diferenças e seu papel na qualidade do ensino, visando à inclusão social e escolar, caberá ao fórum definir objetivos para um projeto que envolva a participação de alunos e alunas.

Após a leitura da proposta para ser trabalhada em sala de aula, que será apresentada a seguir, os membros do fórum devem decidir qual será o objetivo do trabalho. Será fácil perceber que existem muitos temas que podem ser trabalhados, de acordo com a realidade de cada escola e comunidade. Assim, poderão se decidir por propostas mais amplas ou mais

restritas, mas capazes de gerar conquistas significativas para a compreensão da exclusão e da inclusão escolar.



Nas salas de aula:

O tema das diferenças e de como a escola lida com elas, pode gerar um interessante trabalho de campo, envolvendo alunos e alunas na compreensão de si mesmos e da realidade em que vivem.

A sugestão é que os estudantes, em duplas, realizem entrevistas sobre a história escolar das pessoas. O público-alvo deve ser constituído de pessoas que estão fora da escola, excluídas do sistema educacional ou que abandonaram os estudos muito cedo. Assim, podem ser incluídas na amostra pessoas portadoras dos mais diversos tipos de deficiência, crianças e adolescentes em conflito com a lei ou egressas de sistemas escolares socioeducativos, mulheres e meninas que trabalham, homossexuais, indígenas, negros, moradores de rua, que por alguma razão tiveram de deixar a escola ou a ela não tiveram acesso. Se a escola quiser, pode focar a amostra em um ou alguns desses grupos sociais.

O primeiro passo, portanto, é organizar um roteiro semi-estruturado para as entrevistas, de forma que algumas das informações pretendidas apareçam em todas elas. Dentre as informações fundamentais, sugerimos:

- Por que você não está estudando? (ou por que e quando abandonou a escola?)
- Quando estava na escola, como você se sentia? E como era tratado por seus colegas e professores?
- Você é capaz de relatar alguma situação de discriminação ou preconceito que viveu no ambiente escolar?
- O que precisaria ser diferente para que você continuasse seus estudos?

O segundo passo é sistematizar as informações coletadas, buscando dar-lhes uma organização coerente com os objetivos deste projeto. Nesse trabalho,

podem contribuir os docentes de todas as áreas disciplinares da escola, como português, história, matemática, geografia, ciências, filosofia, etc.

Por fim, a escola deve encontrar maneiras de socializar os resultados, dentro de cada sala de aula ou de forma coletiva, para toda a comunidade. Dependendo dos objetivos, o enfoque pode recair sobre: as dificuldades nas relações professor-aluno; as discriminações e preconceitos; a falta de políticas públicas para lidar com as diferenças dentro da escola; os sentimentos das pessoas excluídas; a busca de caminhos que melhorem a qualidade das relações escolares; o estudo de propostas que ajudem a transformar a comunidade escolar em uma escola realmente inclusiva.

São inúmeros os caminhos possíveis e sua definição é papel do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania, em parceria com todos os segmentos da comunidade escolar e da sociedade em geral que se disponham a participar.



(82) 322.1122

Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Ministério da Educação



Fundação Biblioteca Nacional

ISBN 85-98171-01-8



9 788598 171012